Ex.ma Senhora

Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, IP

**PEDIDO DE PARECER – PLANOS, GRANDES PROJETOS E OBRAS**

Consideram-se “planos ou grandes projetos e obras” as iniciativas de grande escala que envolvem a organização, desenvolvimento e transformação de áreas urbanas ou rurais, bem como infraestruturas significativas ou outras situações análogas, nomeadamente todos aqueles os que resultam em operações que não dispensem procedimento de AIA.

Para o efeito deverá proceder-se à consulta dos anexos do Decreto-Lei n.º 151-B/2013 de 31 de outubro.

|  |  |
| --- | --- |
| 1. **REQUERENTE** | (\*) NOME: Clique ou toque aqui para introduzir texto. |
|  | (\*) NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL (NIF): Clique ou toque aqui para introduzir texto. |
|  | RESIDÊNCIA  (\*) RUA / LARGO / PRAÇA: Clique ou toque aqui para introduzir texto.  (\*) N.º DE POLÍCIA: Clique ou toque aqui para introduzir texto.  (\*) LOCALIDADE: Clique ou toque aqui para introduzir texto.  (\*) CÓDIGO POSTAL: Clique ou toque aqui para introduzir texto. |
|  | CONTACTOS  TELEFONE: Clique ou toque aqui para introduzir texto.  EMAIL: Clique ou toque aqui para introduzir texto. |

|  |  |
| --- | --- |
| 1. **PEDIDO** | venho por este meio, solicitar a V. Exas. a emissão de parecer sobre o impacto de planos ou grandes projetos e obras, conforme previsto na alínea c), do n.º 1, do Artigo 9.º, dos [Estatutos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, I. P](https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/405-2023-225217595)., Portaria n.º 405/2023, 5 de dezembro 2023-12-05, relativamente à operação de Clique ou toque aqui para introduzir texto. (identifique tendo por base os anexos do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro). |
|  | em imóvel localizado em  (\*) RUA / LARGO / PRAÇA: Clique ou toque aqui para introduzir texto.  (\*) N.º DE POLÍCIA: Clique ou toque aqui para introduzir texto.  (\*) LOCALIDADE: Clique ou toque aqui para introduzir texto.  (\*) CÓDIGO POSTAL: Clique ou toque aqui para introduzir texto.  (\*) FREGUESIA: Clique ou toque aqui para introduzir texto.  (\*) CONCELHO: Clique ou toque aqui para introduzir texto.  (\*) COORDENADAS GEOGRÁFICAS: Clique ou toque aqui para introduzir texto. |
| PEDIDO (continuação) | A pretensão localiza em área abrangida pela(s) seguinte(s) servidão(ões) administrativa(s)  Servidão administrativa 1  Clique ou toque aqui para introduzir texto.  Servidão administrativa 2  Clique ou toque aqui para introduzir texto.  Servidão administrativa 3  Clique ou toque aqui para introduzir texto.  Servidão administrativa 4  Clique ou toque aqui para introduzir texto.  Nota: identificar todas as servidões – para o efeito proceder à consulta do [ATLAS DO PATRIMÓNIO CLASSIFICADO E EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO](https://www.arcgis.com/apps/webappviewer/index.html?id=7f7d5674280f41849c0a0869ced22d91)  Não dispensa a verificação dos diplomas legais correspondentes. |

|  |  |
| --- | --- |
| 1. ANTECEDENTES (\*) | Não tem processos antecedentes |
|  | Tem processos antecedentes (Em caso afirmativo identificar abaixo) |
|  | Parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro I.P.  N/Ref.ª CLS\_Clique ou toque aqui para introduzir texto. |
|  | Informação/documento das extintas  Direção Regional do Património Cultural do Centro ou  Direção Geral do Património Cultural  Inf. N.º: S- Clique ou toque aqui para introduzir texto.  N.º Proc.: DRC/ Clique ou toque aqui para introduzir texto. |

Para os devidos efeitos, juntam-se os seguintes documentos:

|  |  |
| --- | --- |
| 1. ANEXOS | Projeto que inclua a caracterização da situação de referência para o fator ambiental Património Cultural, com vista à identificação das questões significativas associadas às fases prévias relativas à operação a realizar:  Planta com a delimitação da área objeto da operação e sua área de enquadramento em planta de localização fornecida pela câmara municipal ou planta de localização à escala 1:1.000, com indicação das coordenadas geográficas dos limites da área da operação urbanística.  Memória descritiva e justificativa que caraterize a situação existente, descreva o projeto e justifique as opções adotadas, com especial evidência nas questões que aos valores patrimoniais dizem respeito, nomeadamente:   * Identificação da área objeto do pedido * Caracterização da operação urbanística, * Enquadramento da pretensão no conjunto de servidões administrativas e restrições de utilidade pública que ocorrem na área de intervenção: I) Identificação de cada uma das condicionantes que abrange a operação urbanística, acompanhada de peça desenhada com a sua representação cartográfica, quando aplicável; ii) Demonstração da adequação da operação urbanística relativamente ao regime de uso do solo resultante de cada uma das condicionantes que abrange a operação urbanística, com menção expressa ao diploma legal em que a mesma se encontra prevista; * Justificação das opções técnicas e da integração urbana da operação na envolvente da área de intervenção, incluindo obrigatoriamente a forma como a operação urbanística se articula com os elementos com relevância patrimonial, arqueológica, histórica e cultural que ocorram na envolvente, nomeadamente: - Realização de pesquisa bibliográfica e documental, incluindo os documentos resultantes de anteriores procedimentos de AIA e Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) que se sobreponham à área do projeto;   - Consulta das bases de dados da administração do Património Cultural (organismos competentes da administração do Património Cultural e autarquias locais) e de outras entidades, relativas ao Património arqueológico e arquitetónico;  -Síntese histórico-arqueológica da Área de Estudo e Áreas de Incidência do projeto.  Fotografias da área de intervenção  Projeto composto de peças desenhadas que caraterizem a operação (quando aplicável)  Fundamentação de não entrega de elemento instrutório - A não entrega de algum dos documentos acima descritos deve ser fundamentada em razão da complexidade e natureza da situação a que se reporta.  Clique ou toque aqui para introduzir texto.  Outros documentos (identifique nas linhas abaixo)  Clique ou toque aqui para introduzir texto.  Clique ou toque aqui para introduzir texto.  Clique ou toque aqui para introduzir texto.  LINK PARA DESCARGA DE DOCUMENTOS ANEXOS (quando ficheiros maiores que 5 MG)  Clique ou toque aqui para introduzir texto. |

(\*) Aceito que todos os contactos/notificações relativos a este pedido sejam efetuados através do

Email: Clique ou toque aqui para introduzir texto.

(\*) Declaro que tomo conhecimento do Regulamento Geral de Proteção de dados conforme informação anexa ao formulário e disponibilizada no [site da CCDRC, I.P.](https://www.ccdrc.pt/pt/protecao-de-dados/)

, de de

A/O Requerente

NOTA:

Todos os campos assinalados com (\*) são de preenchimento obrigatório.

Todos os elementos instrutórios são obrigatoriamente entregues em formato eletrónico, com a assinatura digital qualificada dos respetivos subscritores ou autores, nomeadamente pelo requerente ou representante legal, pelos autores dos projetos ou do coordenador de projeto, conforme aplicável, nos seguintes termos:

1. As peças escritas e desenhadas são entregues em formato PDF/A (Portable Document Format);
2. As peças desenhadas dos projetos de arquitetura e especialidades são ainda entregues em formato DWFx (Design Web Format), DXF (Drawing Exchange Format or Drawing Interchange Format), ou DWG (drawing), ou formatos abertos equivalentes, adotados nos termos da [Lei n.º 36/2011](https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/36-2011-670285), de 21 de junho, na sua redação atual;

Mais

As peças escritas devem respeitar o formato A4.

As peças desenhadas devem incluir legendas, contendo todos os elementos necessários à identificação da peça: o nome do requerente, a localização, o número do desenho, a escala, a especificação da peça desenhada e o nome do autor do projeto.

Todas as peças escritas e desenhadas dos projetos devem ser datadas e assinadas pelo autor ou autores do projeto.

**Regulamento Geral De Proteção De Dados** | Informações ao Titular dos Dados

Nos termos dos **artigos 12.º e 13.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril**, a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), I.P. informa que a presente recolha de dados pessoais não resulta de uma obrigação legal ou contratual específica nem constitui requisito para a celebração de um contrato, sendo efetuada na sequência do pedido efetuado pelo Requerente, com base no fundamento legal previsto na **alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º** daquele Regulamento, mostrando-se necessária ao exercício de funções de interesse público.

Os dados pessoais recolhidos têm exclusivamente como finalidade possibilitar a tramitação procedimental do pedido efetuado pelo Requerente, com vista à decisão final sobre o mesmo, limitando-se ao estritamente necessário para esse fim, atendendo às exigências procedimentais e legais que a CCDRC, I.P., tem de observar para tanto, e não sendo objeto de tratamentos automatizados.

**Identificação do responsável pelo tratamento e contactos:**

Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), I.P., pessoa coletiva n.º 600075613, com sede em Coimbra, Rua Bernardim Ribeiro, 80, endereço de correio eletrónico [ccdrc@ccdrc.pt](mailto:ccdrc@ccdrc.pt), contacto telefónico 239 400 100.

**Representante legal:**

Isabel Damasceno Vieira de Campos Costa, Presidente da CCDRC, I.P., com os mesmos contactos acima referenciados.

**Contacto do Encarregado de Proteção de Dados designado pela Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), I.P.:** [enc.protecaodados@ccdrc.pt](mailto:enc.protecaodados@ccdrc.pt)